



PREFEITURA MUNICIPAL
RURÓPOLIS

O trabalho Continua! >>>

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CONTROLE INTERNO

PARECER DO CONTROLE INTERNO
Nº 048/2024-CI

Em atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11, da **RESOLUÇÃO Nº. 11.535/TCM**, de 01 de Julho de 2014, este Controle Interno DECLARA, para todos os fins de direito, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente os autos do **PROCESSO Nº 005.1804/2024-DL/SEMSA**, referente ao Procedimento Licitatório **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2024-DL/SEMSA**, que tem por objeto **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM GRAVAÇÃO DE ENTREVISTAS, EDITOR DE VÍDEOS, EDITOR DE IMAGENS, PRODUÇÃO, REPRODUÇÃO, CONTEÚDOS PARA REDE SOCIAIS E PLATAFORMA DIGITAIS, PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS, IMAGENS AÉREAS E CRIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE AÇÕES, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RURÓPOLIS/PA”**, no valor global de **R\$ 28.000,00(Vinte e oito mil reais)**, o valor citado acima originário do Procedimento Licitatório já identificado, que tem o objeto citado acima, celebrado pelo **Município de RURÓPOLIS**, através **do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA** e a empresa **V DOS SANTOS AMARAL-ME, (AGÊNCIA ÇAIRÉ PUBLICIDADE E MARKETING)**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº **26.218.385/000151**, no valor já identificados acima, com base nas regras insculpidas pela Lei nº. 14.133/2021 e demais instrumentos legais correlatos. E, declara ainda, que o Processo Licitatório, o Contrato encontram - se:

(x) Revestidos de todas as formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, Publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

() Revestidos parcialmente das formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, embora apresente a (s) seguinte (s) ressalva (s):

() Com irregularidade (s) de natureza grave, não estando aptos a gerar despesas para a municipalidade, conforme a(s) impropriedade(s) ou ilegalidade (s) enumerada (s) a seguir :

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o Processo Licitatório e o Contrato/Termo Aditivo ou documento hábil substitutivo, supramencionados encontram- se em ordem, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e por fim, DECLARA estar ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Ruropolis-(PA), 03 de maio de 2024.

Antônio Raimundo Pereira Lima
Coordenador do Controle Interno
Decreto 020/2021